

Abertura já

No início dos anos 1980 Brasil e Coreia tinham níveis semelhantes de renda per capita e de produtividade do trabalho.

Na época, havia muitas dúvidas sobre os modelos de desenvolvimento econômico mais apropriados ao que vinha pela frente, e entre os países hoje conhecidos como emergentes destacavam-se duas “escolas”:

De um lado estavam os chamados “tigres asiáticos” (Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) que buscavam maior integração na economia global através da “promoção de exportações” (e importações), e de outro, os latino-americanos com seus modelos de “substituição de importações”, ênfase no mercado interno e autossuficiência.

Eu dava meus primeiros passos como pesquisador, e em conferências internacionais, os encontros com os colegas asiáticos tinham lugar em um clima de certa rivalidade, muitas vezes sadia e bem humorada, mas com alguns estranhamentos patrióticos inevitáveis. Todos eram acadêmicos em busca de verdade, mas com certa torcida.

Nós defendíamos nossas cores argumentando que o modelo não era importante se o país fosse competitivo e que, como o mercado interno dava escala ao produtor nacional, o protecionismo devia ser utilizado de forma pragmática. Ademais, era justo que o Brasil procurasse reduzir sua vulnerabilidade externa em razão dos estragos causados pelos preços do petróleo.

Como éramos ingênuos ...

Eles diziam que não estávamos entendendo nada sobre globalização e que era bom nos adaptarmos a isso em vez de nos esconder, e que a proteção redundava em deprimir a competitividade pois as “economias da preguiça” dominavam as de escala. Diziam também que o mercado interno não era nada comparado com o mercado mundial, que estávamos olhando o problema da vulnerabilidade externa de cabeça para baixo, e que a maneira mais barata de arrumar petróleo era produzir alguma coisa em que fôssemos competitivos para trocar com os árabes.

E ficamos assim, cada qual defendendo o seu quadrado.

Trinta e cinco anos depois está mais do que claro que nós levamos uma surra, que eles tinham razão e que nós embarcamos em uma canoa furada.

A renda per capita da Coreia hoje está perto de 75% da renda per capita dos EUA, ou seja, mais que triplicou, ao passo que o Brasil, que estava perto de 25% da renda americana nos anos 1980, desceu para 18% na avaliação mais recente.

Nos 50 anos anteriores a 1982 o Brasil estava entre os melhores desempenhos do mundo em matéria de crescimento. Mas a mágica que funcionou até aí se perdeu, ou as circunstâncias mudaram, ou ambas. Talvez o segredo do sucesso esteja em adaptar-se a circunstâncias incomuns, como fizemos nos anos 1930, mas fracassamos redondamente depois de 1982. Permanecemos insistindo nas mesmas receitas e já fazem 35 anos de desempenho medíocre.

Será que não está na hora de repensar radicalmente a nossa estratégia de inserção externa? E de rever nossas crenças sobre o conteúdo nacional, “adensamento das cadeias produtivas” e acordos internacionais?

Eles estavam certos em outras coisas como a suprema importância da exposição à competição internacional para conduzir as empresas à competitividade. Isso se dava, segundo diziam, por que não existia mais “indústrias nascentes”, apenas multinacionais mudando de lugar, e fazendo escolhas tecnológicas determinadas pelo ambiente.

Se é para abastecer um mercado interno protegido e com obrigações de conteúdo local, elas adotam o “kit nacionalista”, mas se é para participar da globalização, a chave é outra e a filial se organiza para fazer parte de uma cadeia internacional de valor.

Uma estatística para as filiais americanas funcionando no Brasil em 1977 indicava que apenas 8,7% das vendas eram para o exterior enquanto que na Ásia a razão exportações sobre vendas totais era de 81,2%. As proporções foram para 25% e 52% em 2010, e a média mundial é 45%.

Eram estilos diferentes de inserção externa e que traziam vastas implicações para o tema da vulnerabilidade externa. A descoberta sobre esse assunto nada tinha de intuitiva para nós: em assuntos de balanço de pagamentos, o rabo balança o cachorro.

Explica-se. Um país com importações iguais a exportações na faixa de 35% do PIB, como a Coreia, podia gerar um superávit comercial de 7% do PIB com uma desvalorização cambial de meros 10%. Mas para um país como o Brasil, com importações iguais a exportações na faixa de 7% do PIB, o mesmo superávit precisaria de uma desvalorização cinco vezes maior, de 50%, uma

encrença¹. Portanto, e surpreendentemente, quanto mais fechado mais “vulnerável”!

Descobrimos essa triste matemática em 1982 quando começou uma “década perdida” que está durando 35 anos.

Uma conclusão tentativa é que, como coletividade, o Brasil é de uma teimosia exasperante no terreno das relações internacionais, mais até que nos assuntos ligados à inflação, onde insistimos com “teorias” heterodoxas até esgotar a paciência do brasileiro. Ressalvada a escorregada recente, aprendemos a lição sobre inflação.

O demônio do protecionismo, todavia, parece bem mais resistente, talvez por que os interesses que vivem sob a sua sombra possam se enrolar na bandeira nacional, e exibir uma falsa respeitabilidade beirando a canalhice. Na verdade, a proteção tarifária, as reservas de mercado, desonerações e facilidades para “campeões” parecem se amontoar em tempos recentes, no contexto do “capitalismo de quadrilhas” que aqui se quis implantar, e que a “Operação Lava-a-jato” se empenha em combater.

Num livro de 1988, o professor Robert Klitgaard, de Harvard, definiu o grande problema nacional em uma simples equação:

$$\text{Corrupção} = \text{Monopólio} + \text{Arbitrariedade} - \text{Transparência}.$$

Ou seja, quanto mais distantes do mercado estiverem as relações entre o público e o privado, quanto mais discricionárias as decisões, e quanto menor a transparência, maior será a corrupção.

Tendo em mente a equação acima, apenas uma observação sobre “política industrial ativa”, uma das prioridades do petismo.

Dois economistas (Alberto Ades e Rafael Di Tella) procuraram especificamente uma relação entre corrupção e o que eles denominaram “campeões nacionais”. Usando dados para 1989-92, de alguns milhares de depoimentos de executivos atuando em dezenas de países, concluem que valores entre 16% e 44% dos investimentos viabilizados por “políticas industriais ativas” se transformam em propina: 30% em média!²

Pois é.

Seria maravilhoso se, junto aos desdobramentos da “Operação Lava-a-jato”, pudéssemos rever a vasta constelação de políticas públicas discricionárias e

¹ Os números são exemplificativos e supõem elasticidades unitárias para a oferta de exportações e demanda de importações.

² “National champions and corruption: some unpleasant interventionist arithmetic” *Economic Journal*, 1997.

seletivas que tanto favorecem mercados cativos, desvios éticos e prejuízos ao nosso crescimento.